

st

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2016



Handwritten signatures and initials, including the name "E. Piu" at the bottom.

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2015.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	8
• Anexo	
1. Identificação da entidade.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Ativos fixos tangíveis.....	15
5. Ativos intangíveis.....	17
6. Investimentos Financeiros.....	18
7. Inventários.....	18
8. Créditos a receber.....	18
9. Estado e outros entes públicos.....	19
10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	19
11. Diferimentos.....	20
12. Outros ativos correntes.....	20
13. Caixa e depósitos bancários.....	20
14. Fundos.....	21
15. Reservas.....	21
16. Resultados transitados.....	21
17. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais.....	21
18. Financiamentos obtidos.....	22
19. Outros passivos correntes.....	22
20. Fornecedores.....	22
21. Vendas e prestações de serviços.....	23
22. Subsídios à exploração.....	23
23. Custo das vendas.....	23
24. Fornecimentos e serviços externos.....	24
25. Gastos com o pessoal.....	24
26. Outros rendimentos.....	25
27. Outros gastos.....	25
28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	26
29. Resultados financeiros.....	26
30. Eventos subsequentes.....	26



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016



SCMM
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

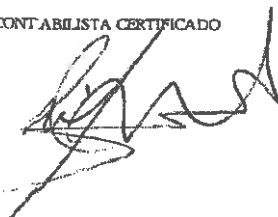
	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 969 335,74	1 800 959,54
Bens do património histórico e cultural	4	33 612,53	33 612,53
Ativos intangíveis	5	2 583,00	2 583,00
Investimentos financeiros	6	2 605,10	2 064,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Total dos Ativos Não Correntes		2 008 136,37	1 839 219,55
Ativo Corrente			
Inventários	7	8 580,82	9 172,51
Créditos a receber	8	146 603,92	129 064,97
Estado e outros entes públicos	9	23 959,97	1,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membro	10	2 184,00	2 163,00
Diferimentos	11	8 366,54	5 538,42
Outros ativos correntes	12	698,77	2 073,07
Caixa e depósitos bancários	13	393 037,19	570 320,38
Total dos Ativos Correntes		583 431,21	718 334,33
Total do Ativo		2 591 567,58	2 557 553,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	410 804,70	410 804,70
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	15	5 544,15	5 544,15
Resultados transitados	16	928 320,04	753 707,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17	779 113,71	805 817,58
		2 123 782,60	1 975 874,01
Resultado líquido do período		77 168,05	174 612,46
Total dos fundos patrimoniais		2 200 950,65	2 150 486,47
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	139 422,33	177 884,65
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		139 422,33	177 884,65
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	31 830,33	24 580,86
Estado e outros entes públicos	9	24 628,82	21 746,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	19 231,56	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	19	175 503,89	182 855,67
Total dos Passivos Correntes		251 194,60	229 182,76
Total do Passivo		390 616,93	407 067,41
Total do fundo patrimonial e do passivo		2 591 567,58	2 557 553,88

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Mação, 28 de Março de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA




Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

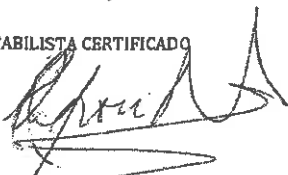
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Vendas e serviços prestados	21	755 230,03	764 572,88
Subsídios, doações e legados à exploração	22	651 358,51	641 458,67
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(159 086,31)	(161 684,09)
Fornecimentos e serviços externos	24	(202 386,88)	(179 690,83)
Gastos com o pessoal	25	(1 012 224,80)	(951 321,57)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	26	148 309,41	161 597,45
Outros gastos	27	(5 638,78)	(5 800,48)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		175 561,18	269 132,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	(96 284,74)	(99 295,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		79 276,44	169 836,19
Juros e rendimentos similares obtidos	29	1 304,17	9 605,99
Juros e gastos similares suportados	29	(3 412,56)	(4 829,72)
Resultado antes de impostos		77 168,05	174 612,46
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		77 168,05	174 612,46

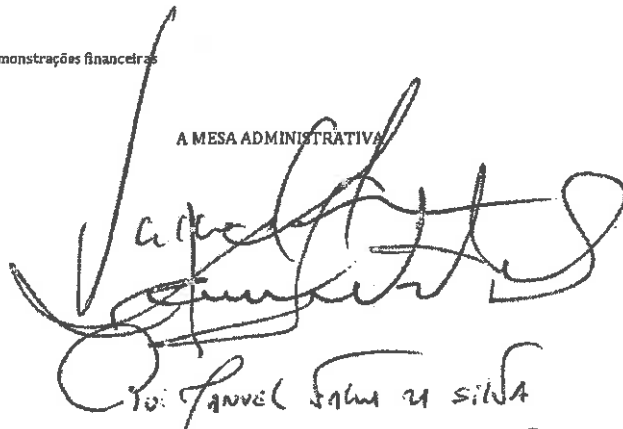
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Mação, 28 de Março de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Pro: Manuel António Silva
 Caxk fãcc accciccicccccc
 Lcc fãcc fãcc fãcc fãcc
 fãcc fãcc fãcc fãcc fãcc
 fãcc fãcc fãcc fãcc fãcc

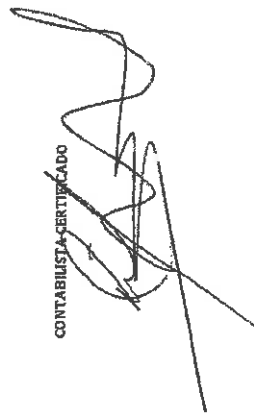
SCMM

Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2015

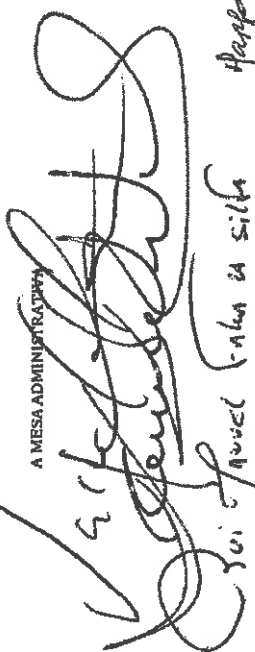
Fundos	Fundos Patrimoniais					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		
410 804,70	-	5 544,15	585 067,93	-	836 125,73	1 68 639,65	2 006 182,16
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	168 639,65	-	-	168 639,65	-
	-	-	168 639,65	-	-	168 639,65	-
	-	-	-	-	-	174 612,46	174 612,46
	-	-	168 639,65	-	-	5 972,81	174 612,46
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	30 308,15	30 308,15
	-	-	-	-	-	30 308,15	30 308,15
410 804,70	-	5 544,15	753 707,58	-	805 837,58	174 612,46	2 150 486,47

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA-CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



6- Foi aprovada em 11/11/15
 Cook ficou ausente logo após
 em 12/11/15
 Realizou suas atividades
 Responsável: Isabel de Fátima

Posição no F106 = 1 + 2 + 3 + 5

Resultado Líquido 4 = 2 + 3

Resultado Líquido 3

2

Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais

Ajustamentos por impostos diferidos

Revalorização

do excedente

de conversão

de políticas contabilísticas

adocção de

Alterações no período

adocção de

Alterações no período

adocção de

Alterações no período

adocção de

Alterações no período

SCMM

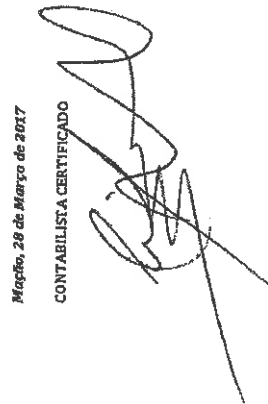
Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2016

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais					Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorizaçã o		
(Valores expressos em euros)								
Posição no início do Período 2016	1	410 804,70	-	5 544,15	753 707,58	-	805 817,58	1 74 612,46 2 150 486,47
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão demonstrações		-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	174 612,46	-	-	- 174 612,46
	2	-	-	-	174 612,46	-	-	- 174 612,46
Resultado Líquido do Período	3							77 168,05 77 168,05
Resultado Integral	4 = 2 + 3							(97 444,41) 77 168,05
Operações com Instituidores no período								
Fundos		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legadas		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	(26 703,87)	-	(26 703,87)
	5					(26 703,87)	-	(26 703,87)
Posição no fim do Período 2016	1 + 2 + 3 + 5	410 804,70	-	5 544,15	928 320,04	-	779 113,71	77 168,05 2 200 950,65

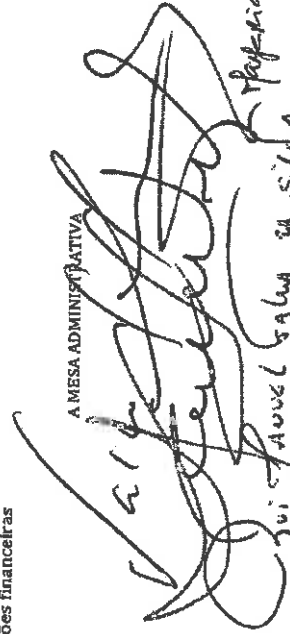
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Mação, 28 de Março de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Fui aprovada pela Assembleia Geral da Mesa Administrativa

Certifico do Oliveira Lopes

SCMM

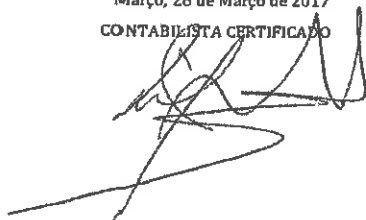
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
 (Valores expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		737 644,35	736 324,49
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		(353 344,94)	(374 232,24)
Pagamentos ao pessoal		(1 012 224,80)	(951 321,57)
Caixa gerada pelas operações		(627 925,39)	(589 229,32)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		730 263,37	766 666,25
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		102 337,98	177 436,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(258 903,72)	(79 839,09)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(540,62)	(1 069,01)
Outros ativos		-	-
		(259 444,34)	(80 908,10)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		1 600,00	600,00
Subsídios ao Investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		1 304,17	9 605,99
Dividendos		-	-
		2 904,17	10 205,99
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(256 540,17)	(70 702,11)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19 230,76)	(19 230,76)
Juros e gastos similares		(3 850)	(4 829,72)
Dividendos		-	-
Reduções de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(23 081,00)	(24 060,48)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(23 081,00)	(24 060,48)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(177 283,19)	82 674,34
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		570 320,38	487 646,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		393 037,19	570 320,38

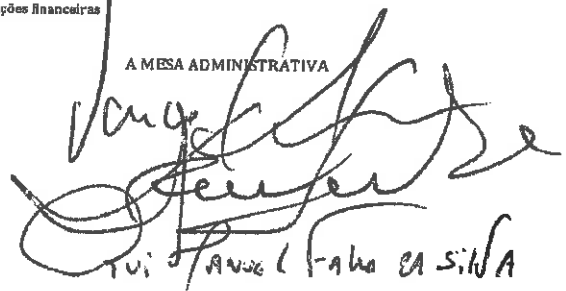
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Março, 28 de Março de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Luís Manuel Faria da Silva
 Caixilheiro de Oliveira Lopes & C.ª

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Mação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social.

As valências que fazem parte da Instituição na prossecução do objeto social são o Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado, Centro de Alojamento Temporário, Unidade de Apoio Integrado, Creche e Centro de Actividades dos Tempos Livres.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos.

Os Decretos referidos dizem que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho.

b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as

Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim, como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação estão apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação e são apresentados no Balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida devem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.5. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado. Em 2017, com a utilização de software de stocks, por exigência da SCMM passaram a utilizar o sistema de Inventário Permanente, o custo médio ponderado passou a ser o método de custelo. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destas bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

No caso dos inventários adquiridos a título gratuito os mesmos são valorizados pela quantia que a Entidade teria que pagar para comprar inventários equivalentes.

3.7. Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo Corrente".

3.9. Provisões

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo devem ser capitalizados.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. e 3.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Santa Casa da Misericórdia de Mação
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2016

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
Bens do Património Histórico e Artístico e Cultural						
Bens Imóveis e Móveis (1)	33 612,53	-	-	-	-	33 612,53
Perdas por imparidade (2)	-	-	-	-	-	-
Valor Líquido (1 - 2)	33 612,53	-	-	-	-	33 612,53
Outros Ativos Fixos Tangíveis (3)						
Terrenos e recursos naturais	24 021,60	-	25,54	-	-	23 996,06
Edifícios e outras construções	2 281 526,18	54 875,42	-	-	-	2 336 401,60
Equipamento básico	555 340,71	21 620,14	-	-	-	576 960,85
Equipamento de transporte	125 947,10	2 072,45	-	-	-	128 019,55
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	129 422,72	461,25	-	-	-	129 883,97
Outros ativos fixos tangíveis	146 903,30	1 509,83	-	-	-	148 413,13
Investimentos em curso	2 583,00	-	-	- 2 583,00	-	-
	3 265 744,61	80 539,09	- 25,54	- 2 583,00	-	3 343 675,16
Depreciações acumuladas Ativos Fixos Tangíveis (4)						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	632 067,02	48 556,53	-	-	-	680 623,55
Equipamento básico	465 539,40	31 751,46	-	-	-	497 290,86
Equipamento de transporte	125 947,10	414,49	-	-	-	126 361,59
Equipamento administrativo	119 253,20	4 292,75	-	-	-	123 545,95
Outros ativos fixos tangíveis	100 613,06	14 280,61	-	-	-	114 893,67
	1 443 419,78	99 295,84	-	-	-	1 542 715,62
Valor Líquido (3 - 4)	1 822 324,83	- 18 756,75	- 25,54	- 2 583,00	-	1 800 959,54

Santa Casa da Misericórdia de Mação
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2016

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Bens do Património Histórico e Artístico e Cultural						
Bens Imóveis e Móveis (1)	33 612,53					33 612,53
Perdas por imparidade (2)	-					-
Valor Líquido (1 - 2)	33 612,53					33 612,53
Outros Activos Fixos Tangíveis (3)						
Terrenos e recursos naturais	23 996,06		16,99			23 979,07
Edifícios e outras construções	2 336 401,60		5 280,88			2 331 120,72
Equipamento básico	576 960,85	49 135,10				626 095,95
Equipamento de transporte	128 019,55	20 075,00				148 094,55
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	129 883,97	689,80				130 573,77
Outros ativos fixos tangíveis	148 413,13	4 118,98				152 532,11
Investimentos em curso	-	195 702,30				195 702,30
	3 343 675,16	269 721,18	- 5 297,87			3 608 098,47
Depreciações acumuladas Ativos Fixos Tangíveis (4)						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	680 623,55	48 477,32	237,63			728 863,24
Equipamento básico	497 290,86	32 018,77				529 309,63
Equipamento de transporte	126 361,59	4 429,49				130 791,08
Equipamento administrativo	123 545,95	1 332,05				124 878,00
Outros ativos fixos tangíveis	114 893,67	10 027,11				124 920,78
	1 542 715,62	96 284,74	- 237,63			1 638 762,73
Valor Líquido (3 - 4)	1 800 959,54	173 436,44	- 5 060,24			1 969 335,74

Por escritura pública de vinte e nove de agosto de 2016, foi vendido:

- O prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 125 da secção AM, sito na união das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, pelo valor de 100,00 euros, que deu origem a uma mais-valia de 83,01 euros.
- O prédio urbano, inscrito na matriz sob o artigo 2034, sito na união das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, pelo valor de 3.000,00 euros, que deu origem a uma menos valia de 2.043,25 euros.

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Bens do Domínio Público						
Outros Ativos Intangíveis (1)						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas Computador						
Propriedade Industrial						
Outras ativos intangíveis						
...						
Investimentos em Curso				2 583,00		2 583,00
Perda por imparidade						
				2 583,00		2 583,00
Depreciações Acumuladas (2)						
Projetos de desenvolvimento						
Programas Computador						
Propriedade Industrial						
Outras ativos intangíveis						
Valor Líquido (1 - 2)				2 583,00		2 583,00

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Bens do Domínio Público						
Outros Ativos Intangíveis (1)						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas Computador						
Propriedade Industrial						
Outras ativos intangíveis						
...						
Investimentos em Curso	2 583,00					2 583,00
Perda por imparidade						
	2 583,00					2 583,00
Depreciações Acumuladas (2)						
Projetos de desenvolvimento						
Programas Computador						
Propriedade Industrial						
Outras ativos Intangíveis						
Valor Líquido (1 - 2)	2 583,00					2 583,00

6. Investimentos Financeiros

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Participações Capital		Empréstimos	Participações Capital		Empréstimos
	MEP	Outro Método		MEP	Outro Método	
Investimentos Neutras Entidades						
TVI	-	2 493,99	-	-	2 493,99	-
CCAM	-	99,76	-	-	99,76	-
OUTRAS EMPRESAS	-	5,00	-	-	5,00	-
FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	-	869,49	-	-	328,87	-
FRSS - FUNDO RESTRUT. SECTOR SOLIDÁRIO	-	1 605,91	-	-	1 605,91	-
	-	5 074,15	-	-	4 533,53	-
Perdas por Imparidade	-	2 469,05	-	-	2 469,05	-
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
	-	2 605,10	-	-	2 064,48	-

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31/dez/16	31/dez/15
Mercadorias	-	-
Materias primas, subsidiárias e de consumo	8 580,82	9 172,51
Produtos acabados e Intermedios	-	-
	8 580,82	9 172,51
Perdas por imparidades de Inventários	-	-
	8 580,82	9 172,51

8. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes/Utentes				
Cientes conta corrente	-	10 581,75	-	16 303,92
Utentes conta corrente	-	136 022,17	-	112 761,05
Cientes /Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	146 603,92	-	129 064,97
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	146 603,92	-	129 064,97

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 959,97	-
Outros impostos e taxas	-	1,98
	<u>23 959,97</u>	<u>1,98</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 543,30	25,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 710,50	2 756,00
Segurança Social	19 375,02	18 965,00
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>24 628,82</u>	<u>21 746,00</u>

10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/16</u>	<u>31/dez/15</u>
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Ativo Não Corrente	-	-
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Ativo Corrente	2 184,00	2 163,00
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Passivo (Imparidade)	-	-
	<u>2 184,00</u>	<u>2 163,00</u>

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	8 366,54	5 538,42
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>8 366,54</u>	<u>5 538,42</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer - rendas	-	-
Outros rendimentos a reconhecer - quotas	-	-
Outros rendimentos a reconhecer - subsídios	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

12. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-16</u>		<u>31-Dez-15</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	698,77	-	1 469,98
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	287,09
Outros devedores	-	-	-	316,00
Outras	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>698,77</u>	<u>-</u>	<u>2 073,07</u>

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se indica:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Caixa	91,71	230,73
Depósitos à ordem	67 945,48	174 089,65
Depósitos a prazo	325 000,00	396 000,00
	<u>393 037,19</u>	<u>570 320,38</u>

14. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor dos fundos ascendiam a 410.804,70 euros, não tendo havido qualquer oscilação em relação a 2015.

15. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor das Reservas era de 5.544,15 euros, não tendo havido qualquer alteração em relação a 2015.

16. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 com um resultado líquido, positivo, no valor de cento e setenta e quatro mil e seiscentos e doze euros e quarenta e seis cêntimos. O Resultado foi integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados. Mais esclarecimentos sobre os movimentos ocorridos, vide "Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial".

17. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferenças de conversão das demonst. financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	586 645,37	613 349,24
Doações	192 468,34	192 468,34
Outras	0,00	0,00
	<u>779 113,71</u>	<u>805 817,58</u>

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	139 422,33	19 231,56	158 653,89	19 230,76
Locações financeiras	-	-	-	-
	<u>139 422,33</u>	<u>19 231,56</u>	<u>158 653,89</u>	<u>19 230,76</u>

19. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	0,00	7 717,46	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	147 574,37	0,00	142 159,71
Outras contas a pagar	0,00	20 212,06	0,00	40 695,96
	<u>0,00</u>	<u>175 503,89</u>	<u>0,00</u>	<u>182 855,67</u>

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	31 830,33	24 580,86
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>31 830,33</u>	<u>24 580,86</u>

21. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31.Dez.16	31.Dez.15
	Total	Total
Vendas	3 046,72	27 613,94
Prestação de serviços	752 183,31	736 958,94
	<u>755 230,03</u>	<u>764 572,88</u>

22. Subsídios à exploração

No período de 2016 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Identificar Tipo subsídio	Identificação da Entidade	Exploração
Unidade de Apoio Integrado	Segurança Social	63 424,92
Intervenção Precoce	Segurança Social	49 989,60
Creche	Segurança Social	98 415,04
Centro Acolhimento Temporário de Emergência	Segurança Social	34 132,32
ATL	Segurança Social	8 429,88
Serviço Apoio Domiciliário	Segurança Social	136 115,58
Lar para Idosos da SCMM	Segurança Social	176 256,00
Centro de Dia	Segurança Social	19 408,97
Lar para Idosos do Antigo Centro de Saúde	Segurança Social	52 509,60
Cantinas Sociais	Outras	11 442,50
Contrato Emprego-Inserção	IEFP	605,27
Medida Estímulo Emprego	IEFP	628,83
		<u>651 358,51</u>

23. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, é detalhado como segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Matérias-primas e consumíveis	Total	Matérias-primas e consumíveis	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	9 172,51	9 172,51	10 631,00	10 631,00
Regularizações	-	-	-	-
Compras	158 494,62	158 494,62	160 226,00	160 226,00
Saldo final em 31 de Dezembro	8 580,82	8 580,82	9 172,51	9 172,51
Custo das Vendas	<u>159 086,31</u>	<u>159 086,31</u>	<u>161 684,49</u>	<u>161 684,49</u>

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	40 973,81	34 815,58
Materiais	20 761,04	11 945,93
Energia e fluídos	77 993,03	73 273,92
Deslocações, estadas e transportes	2 343,79	2 013,92
Serviços diversos (*)	60 315,21	57 641,48
donde comunicação	6 601,29	6 556,69
donde seguros	-	-
outros serviços	-	-
	<u>202 386,88</u>	<u>179 690,83</u>

25. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Remunerações do pessoal	824 412,07	775 413,89
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	178 230,23	166 234,60
Seguros	7 853,50	7 600,81
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1 729,00	2 072,27
	<u>1 012 224,80</u>	<u>951 321,57</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 a SCMM possuía 85 colaboradores com contratos sem termo, 15 com contrato a termo e 4 em regime de CEI. O número de funcionários em 2015 era de 96.

O aumento de gastos com o pessoal está influenciado pelo aumento do salário mínimo nacional e pelo novo Acordo Coletivo de Trabalho das União das Misericórdias Portuguesas.

26. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como se indica:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares	107 636,38	111 244,23
Descontos de pronto pagamento obtidos	757,55	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	1 600,00	1 274,46
Outros rendimentos e ganhos (i)	38 315,48	49 078,76
(i) Imputação Sub. Ao Investimento	26 703,87	30 308,15
(i) Outros	11 611,61	18 770,61
	148 309,41	161 597,45

Os subsídios ao investimento em 31 de Dezembro de 2016, foram como se segue:

Identificar Tipo subsídio	Investimento
PIDDAC - SCMM	7 152,68
POEPDS - Obra CATEI	1 061,53
PIDDAC Igreja M. Mação	499,38
FSS - Creche	698,32
FEDER - CATEI	1 592,28
CLDS "Aproximação" Jogos Sociais	3 000,00
MASES	3 415,06
Outros	1 346,75
Pinhal Maior - Capela	3 071,06
Lar Residencial PRODER	3 940,73
PLCP	926,08
	26 703,87

27. Outros gastos

Os valores da rubrica "outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	435,99	219,03
Gastos e perdas em inv. não financeiros	1 960,24	-
Outros Juros suportados	437,68	-
Outros gastos e perdas (i)	2 804,87	5 581,45
(i) Correções relativas a exercícios anteriores	402,43	4 397,57
(i) Quotizações	1 200,00	-
(i) Outros gastos	1 202,44	1 183,88
	5 638,78	5 800,48

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	96 284,74	-	96 284,74	99 295,84	-	99 295,84
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>96 284,74</u>	<u>-</u>	<u>96 284,74</u>	<u>99 295,84</u>	<u>-</u>	<u>99 295,84</u>

29. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 304,17	9 605,99
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>1 304,17</u>	<u>9 605,99</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 412,56	4 829,72
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>3 412,56</u>	<u>4 829,72</u>
Resultados financeiros	<u>(2 108,39)</u>	<u>4 776,27</u>

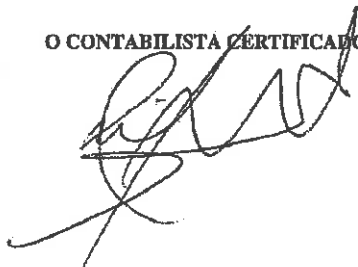
30. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

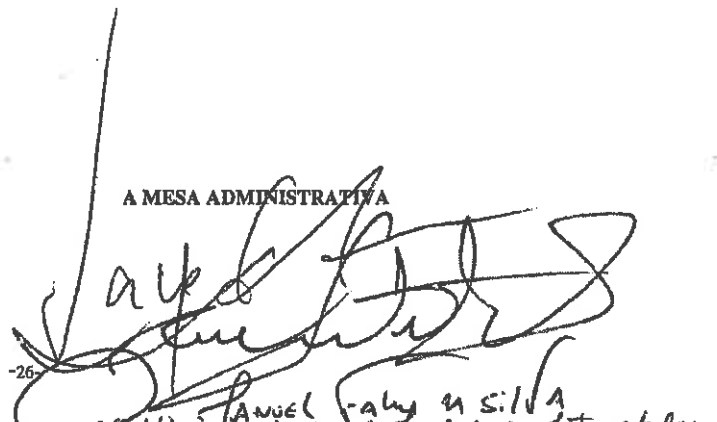
Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mação, 28 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



-26-

Luís Manuel Fialho e Silva
 Presidente do Conselho de Administração
 Carlos Aires do Carmo Lopes
 Luís Miguel Augusto Gomes
 D. ... Mesa